

O papel da educação na reconstrução nacional da República de Angola

SAMUEL CARLOS VICTORINO¹

RESUMO

A República de Angola conquistou a sua independência a 11 de Novembro de 1975. Nesta altura a taxa geral de analfabetismo era de 85% da população. Com a aprovação da Lei de Bases do Sistema de Educação, Lei 13/01 de 31 de Dezembro de 2001, foi lançado um processo de reforma do sistema de educação, cujo impacto no desenvolvimento socioeconómico do país é notório. O fim do conflito armado, concretizado com a assinatura dos acordos de paz a 04 de Abril de 2002, possibilitou um rápido desenvolvimento da educação em todo o país. A rede escolar foi ampliada com a construção de novas escolas do ensino geral e Institutos Médios Politécnicos em todas as províncias, o que possibilita a formação profissional de muitos jovens. No período de 2001 a 2010, período de paz, construíram-se 34.580 novas salas de aulas que representa uma média/ano de 3.842 salas de aula construídas, o n.º de alunos matriculados no sistema de educação triplicou, passando de 2 milhões em 2001 a 6 milhões em 2010. O n.º de professores empregados passou de 58 000 em 2001 a 200 000 em 2010. No ensino superior registou-se a criação de 6 novas Universidades públicas em 2009, resultantes do redimensionamento da única universidade pública existente até então. A abertura do ensino superior ao sector privado possibilitou a criação de 22 Instituições de ensino Superior, tuteladas por entes privados. Esta expansão do ensino superior possibilitou a triplicação do n.º de estudantes matriculados no ensino superior. O número de jovens graduados é, a cada ano, cada vez maior, com forte implicação positiva na vida de muitas famílias. No âmbito das políticas de reconstrução e desenvolvimento da República de Angola, o desenvolvimento do Sector da Educação assume uma importância crucial, constituindo um vector estratégico no combate à pobreza e ao analfabetismo, na promoção da saúde, na redução das desigualdades sociais e de género, na recuperação socioeconómica e na consolidação de uma sociedade democrática e de direito.

PALAVRAS-CHAVE: Acordos de Paz, Sistema de Educação, Ensino Superior, Desenvolvimento.

ABSTRACT

The Republic of Angola gained its independence on November 11, 1975. At this point the overall rate of illiteracy was 85% of the population. With the passage of the Basic System of Education, Law 13/01 31 December 2001, launched a reform of the education system, whose impact on the socio-economic development of the country is notorious. The end of the armed conflict, achieved with the signing of peace agreements to April 4, 2002, enabled a rapid development of education throughout the country. The school network was expanded with the new construction of mainstream schools and Medium Polytechnic Institutes in all the provinces, which provides vocational training for young people. In the period 2001 to 2010, a period of peace, 34,580 new classrooms were built which represents an average of 3,842 classrooms built / year. The number of students enrolled in education has tripled, from 2 million in 2001 to 6 million in 2010. The number of teachers employed increased from 58,000 in 2001 to 200,000 in 2010. In higher education there was the creation of six new public universities in 2009, resulting from the downsizing of the only public university existed until then. The opening of higher education to the private sector enabled the creation of 22 Institutions of Higher Education, tutored by private entities. This expansion of higher education enabled a tripling of the Number of students enrolled in higher education. The number of young graduates is every year increasing, with strong positive implication in the lives of many families. Under the policies of reconstruction and development of Angola, the development of the Education Sector is of crucial importance, constituting a strategic fight against poverty and illiteracy, promoting health, reducing social inequalities and gender in socio-economic recovery and the consolidation of a democratic society and law.

KEYWORDS: Peace Accords, Education System, Higher Education, Development.

¹ Reitor da Universidade Lueji A'Nkonde (ULAN), Lunda Norte, Lunda Sul, Malanje – República de Angola. Email: samuel.victorino@ulan.ac

RESUMO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO EM ANGOLA

Quando a República de Angola conquistou a Independência Nacional a 11 de Novembro de 1975, a taxa geral de analfabetismo era de 85% da população, o que revela a dimensão qualitativa e quantitativa dramática da situação sócio - educativa do povo angolano, cujos efeitos negativos ainda estão presentes quer na estrutura económico-social do País quer nas condições de vida das populações, não obstante os consideráveis progressos registados no período Pós – Independência e fundamentalmente após o alcance da paz definitiva a 04 de Abril de 2002.

Na essência, o ensino colonial era manifestamente discriminatório para os angolanos, pois a política educativa colonial não permitia o acesso democrático das populações aos serviços educativos, o que explica os elevados índices de subescolarização geral da população.

O ensino missionário, quer católico quer protestante, teve grande relevância sócio - educativa no aumento e na melhoria das condições de escolaridade de muitos cidadãos, particularmente das regiões rurais e peri-urbanas.

O colonialismo português começou a realizar investimentos razoáveis no domínio da educação somente a partir da década de 60 em consequência da pressão política e militar dos Movimentos de Libertação Nacional e do intenso trabalho político e diplomático da comunidade internacional, alargando assim a rede escolar e permitindo o acesso de angolanos na função docente-educativa.

Em consequência, o ensino universitário foi instituído em 1962 (Decreto-Lei 44530 de 21 de Agosto de 1962) com a criação dos Estudos Gerais Universitários de Angola, integrados na Universidade Portuguesa.

Em 1968 (Decreto-Lei n.º 48790, de 23 de Dezembro), os Estudos Gerais foram transformados em Universidade de Luanda. Na altura, encontrava-se representada geograficamente apenas em duas das 18 Províncias do País, com os seguintes cursos:

Luanda – Engenharia Mecânica, Engenharia Civil, Engenharia Electrónica, Engenharia de Minas, Engenharia Química, Engenharia Geográfica, Biologia, Geologia, Medicina e Matemática;

Nova Lisboa (Huambo) – Letras, Ciências Pedagógicas, Matemática, Geografia, História e Filologia Românica.

Em 1976, depois da independência, passou a chamar-se Universidade de Angola (Portaria n.º 77-A/76, de 28 de Setembro).

Em 1985 (DR n.º 9 – I Série, de 24/10/85), a Universidade de Angola passou a designar-se Universidade Agostinho Neto (UAN), em homenagem ao seu primeiro Reitor da Angola Independente e Fundador da Nação Angolana.

O SISTEMA DE EDUCAÇÃO EM ANGOLA

Com a aprovação da Lei de Bases do Sistema de Educação, Lei 13/01 de 31 de Dezembro de 2001, o país passou a viver uma etapa de transição do Antigo Modelo de Sistema de Educação implementado a partir de 1978, para o Novo Modelo de Sistema de Educação.

O Sistema de Educação está estruturado da seguinte maneira:

1. Educação Pré-Escolar
Jardim de Infância e similares
2. Ensino primário
1.ª a 6.ª classe
3. Ensino Secundário
1.º Ciclo – 7.ª a 9.ª classe
2.º Ciclo – 10.ª a 13.ª classe
4. Ensino Superior
5. Graduação
6. Pós-graduação

O ensino secundário de Angola encontra-se em fase de reformulação, na sequência da Lei n.º 13/01 de 31 de Dezembro de 2001, que prevê a implementação de um novo sistema de educação em substituição do sistema de 1978.

No sistema de educação em implementação, o ensino secundário é o estágio seguinte ao ensino primário, correspondendo internacionalmente aos níveis 2 e 3 do ISCED (International Standard Classification of Education).

Organiza-se em dois ciclos sequenciais, com a duração total de seis ou sete anos.

O 1.º ciclo divide-se em ensino geral e em formação profissional, compreendendo as 7ª, 8ª e 9ª classes, cada qual correspondendo a um ano escolar.

O 2.º ciclo divide-se em ensino geral que compreende as 10ª, 11ª e 12ª classes, em formação média normal e em formação média técnica, estas últimas compreendendo as 10ª, 11ª, 12ª e 13ª classes.

DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO EM ANGOLA

Ensino geral

Em 1976, com a democratização do ensino após a independência nacional, registou-se um aumento significativo do n.º de alunos no sistema escolar.

No ano lectivo de 2002 verificou-se uma verdadeira explosão escolar. Este fenómeno de explosão escolar que teve lugar após o fim do conflito armado (a 04 de Abril foi celebrado um acordo de paz entre as partes), determinou uma grande evolução dos efectivos discentes e docentes no Sistema de Educação em todos os níveis, com maior incidência no ensino primário. Fontes do GEPE (Gabinete de Estudos Planeamento e Estatística) do Ministério da Educação mostram que, em dez anos, Angola triplicou o n.º de alunos matriculados (Tabela 1 e Gráfico1).

Este fenómeno de explosão escolar deveu-se, fundamentalmente, a três factores:

1. O fim da guerra
2. O investimento em infra-estruturas
3. O recrutamento e inserção de muitos novos professores no sistema de educação.

Evolução dos alunos matriculados nos diferentes subsistemas 2001-2010										
	Antigo Sistema de Educação			Novo Sistema de Educação						
NIVEIS	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
ALFABETIZAÇÃO	311.373	321.003	404.000	323.470	334.220	366.200	389.637	502.350	517.421	532.943
INICIAÇÃO	237.208	278.347	537.378	678.780	895.145	842.361	938.389	711.025	690.375	663.015
PRIMÁRIO	1.472.874	1.733.549	2.492.274	3.022.461	3.119.184	3.370.079	3.558.605	3.851.622	3.967.886	4.189.853
Iº CICLO SECUNDÁRIO	102.301	115.475	164.654	197.735	233.698	270.662	316.664	363.210	406.795	507.125
IIº CICLO SECUNDÁRIO	89.427	109.762	117.853	159.341	171.862	179.249	194.933	212.347	231.695	253.208
GERAL	20.472	24.283	26.030	30.397	34.442	37.676	41.945	46.698	50.953	55.684
TÉCNICO PROFIS.	31.508	53.018	56.833	67.328	74.235	76.363	85.903	96.635	105.440	115.230
FORMAÇÃO PROF.	37.447	32.461	34.990	61.616	63.185	65.210	67.085	69.014	75.302	82.294
ENSINO ESPECIAL	4.357	7.406	10.939	11.710	12.661	14.171	16.213	18.439	20.282	22.310
TOTAL	2.217.540	2.565.542	3.727.098	4.393.497	4.766.770	5.042.722	5.414.441	5.658.993	5.834.454	6.168.454

Tabela 1: Evolução do n.º de alunos matriculados nos vários níveis de 2001 a 2010.

Fonte GEPE/MED (compilação de J. Cabral)

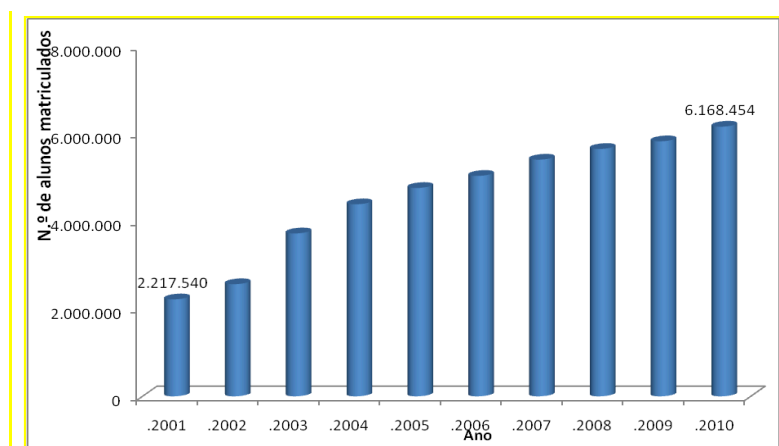


Gráfico 1: Evolução do n.º de alunos matriculados nos diferentes subsistemas

1. O fim da guerra

O impacto do fim da guerra no Sector da Educação, no primeiro ano após conflito, traduziu-se num aumento de efectivos escolares de 1.158.023 alunos (Cabral, J. 2010). A liberdade de movimentação facilitada pelo fim da guerra, nos dois primeiros anos, 2003 e 2004, provocou a expansão significativa destes números, ilustrados na Tabela 1 e Gráfico 1.

2. O investimento em infra-estruturas

Com o fim da guerra em 2002, no âmbito do Programa de Investimentos Públicos do Governo e com o apoio das comunidades e participação dos parceiros nacionais e estrangeiros, foram erguidas, reabilitadas e apetrechadas escolas em todas as províncias.

O número de salas de aula nos níveis do Ensino Primário e Secundário era de 19.012 em 2002, passando para 53.592 salas de aula em 2010 (Tabela 2 e Gráfico 2), o que significa uma taxa de crescimento de 165,71%. Neste período, construíram-se 34.580 novas salas de aulas que representa uma média/ano de 3.842 salas de aula construídas (Cabral, J. 2010).

Deve-se referir que não houve apenas uma evolução no n.º de salas de aula, como também registou-se uma melhoria significativa na qualidade das infraestruturas escolares como ilustram as Imagens 1 e 2.

Notável foi também o desenvolvimento a nível do ensino técnico profissional. Ao todo foram construídos 34 Institutos Médios Politécnicos em todas as províncias, como ilustra o Quadro 1.

Evolução de salas de aula nos níveis de ensino 2001-2010									
Antigo Sistema de Educação			Novo Sistema de Educação						
Ano	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Nível									
Primário	17.236	25.436	33.950	35.665	37.380	41.343	45.608	46.976	48.386
Secundário, 1º Ciclo	1.225	1.269	1.421	1.809	2.197	2.796	3.467	3571	3678
Secundário, 2º Ciclo	551	571	640	814	995	1.194	1.441	1484	1529
Total Geral	19.012	27.276	36.011	38.288	40.572	45.333	50.516	52.031	53.592

Tabela 2: Evolução do n.º de salas de aula no período de 2001 a 2010
Fonte GEPE/MED (compilação de J. Cabral)

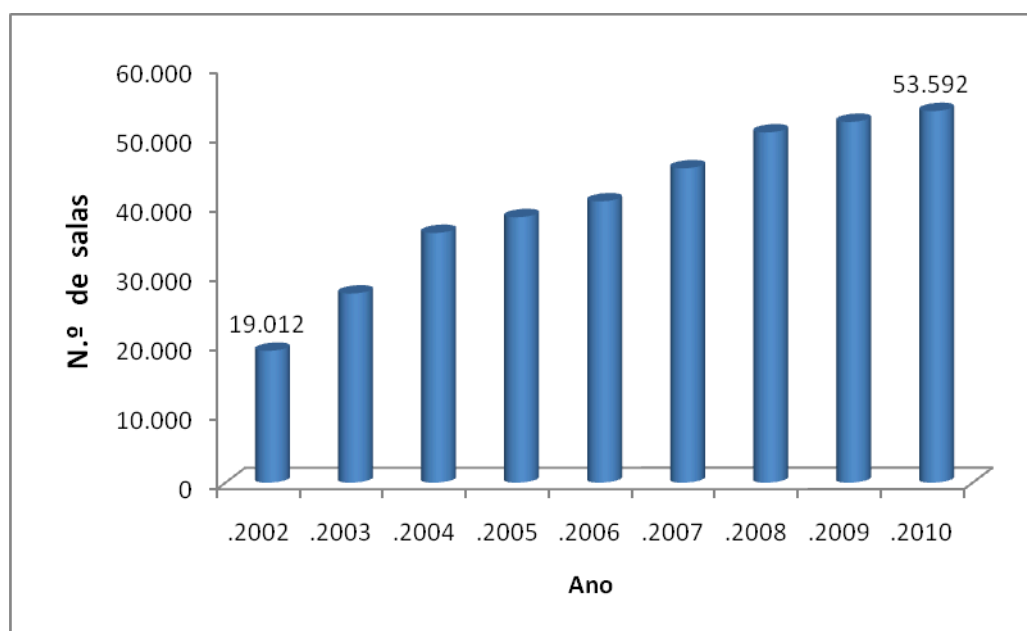


Gráfico 2: Evolução do n.º de salas de aula no período de 2001 a 2010



Imagem 1: Crianças estudando numa escola destruída na cidade do Kuito

3. Evolução do corpo docente (professores)

De 2001 a 2010 os efectivos de docentes cresceram apresentando taxa média de crescimento anual de 14,54%.

Em 2001 o número total de docentes era de 58.439, em 2010 o Ministério da Educação contava com 200.698 efectivos em todo o território nacional.

Ao longo do período de 2001 a 2010, o quadro de crescimento dos efectivos docentes é o espelhado na Tabela 3 e no Gráfico 3.

O Estado angolano implementou, nos últimos anos, consideráveis melhorias no salário dos professores, o que tem facilitado também o processo de recrutamento de novos professores.

3.2 Ensino superior

O sistema universitário passou, essencialmente desde 2000, por uma expansão muito notável. A Universidade Agostinho Neto – UAN - (única Universidade pública) passou a dispor de cerca de 40 faculdades, espalhadas pelas principais cidades do país.

Em 2009, a UAN sofreu um processo de redimensionamento (Decreto 5/09), do qual resultou a criação de seis novas Universidades Públicas, de carácter regional (Decreto 7/09, de 12 de Maio). Assim a UAN deixou de ser a Universidade nacional com presença em todas as províncias do país, passando a exercer a sua acção na região de Luanda e Bengo. (Tabela 4 e Mapa 1)

O panorama de Instituições de Ensino Superior ficou enriquecido com o surgimento do ensino superior privado. Em 1998 foi fundada a primeira, a



Imagem 2: Infraestrutura escolar moderna na Província da Lunda Norte.

Criação de 34 Institutos nas 18 províncias com 9 áreas de formação e 36 cursos;

17 Institutos Médios Politécnicos:	
▪ 2 (dois) – Benguela	▪ 1 (um) – Huambo
▪ 1 (um) – Bié	▪ 1 (um) – Kwanza Sul
▪ 1 (um) – Huíla	▪ 1 (um) – Bengo
▪ 1 (um) – Cabinda	▪ 1 (um) – Lunda Norte
▪ 1 (um) – Lunda Sul	▪ 1 (um) – Namibe
▪ 1 (um) – Uíge	▪ 5 (cinco) – Luanda

11 Institutos Médios de Administração e Gestão:	
▪ 1 (um) – Huambo	▪ 1 (um) – Bié
▪ 1 (um) – Benguela	▪ 1 (um) – Namibe
▪ 1 (um) – Uíge	▪ 1 (um) – Moxico
▪ 1 (um) – Zaire	▪ 1 (um) – Kuando Kubango
▪ 1 (um) – Cunene	▪ 2 (dois) – Luanda

6 Institutos Médios Agrários:	
▪ 1 (um) – Bié	▪ 1 (um) – Malange
▪ 1 (um) – Kwanza Norte	▪ 1 (um) – Kwanza Sul
▪ 1 (um) – Uíge	▪ 1 (um) – Huambo

Fonte: GEPE

Quadro 1: Institutos Médios Politécnicos

Ano lectivo	2.001	2.002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Primário	43.304	44.243	73.107	73.192	75.569	77.869	79.939	80.977	89.977	89.977
Secundário, 1º Ciclo	8.096	8.313	34.325	34.889	35.663	36.200	39.920	43.719	43.719	53.012
Secundário, 2º Ciclo	5.038	5.486	5.353	5.442	8.482	10.946	19.493	21.997	21.997	57.709
Total Geral	58.439	60.044	112.785	113.523	119.714	125.015	139.352	146.693	155.693	200.698

Tabela 3 - Evolução do Corpo Docente, 2001-2010
Fonte GEPE/MED (compilação de J. Cabral)

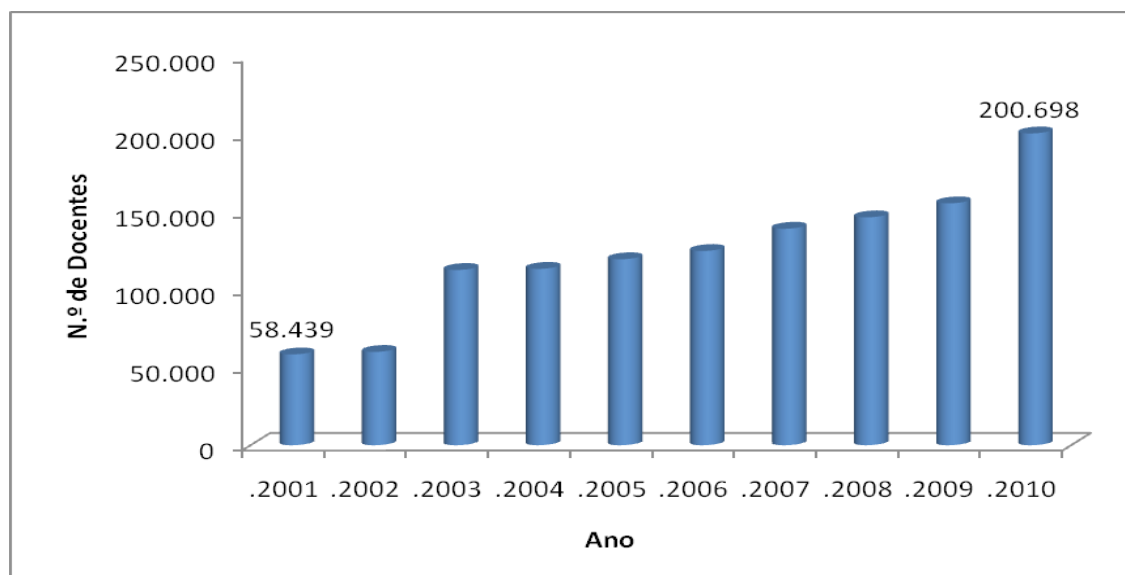


Gráfico 3: Evolução do corpo docente (n.º de professores) no período de 2001 a 2010

Universidade Católica de Angola a qual se seguiram várias outras, perfazendo, actualmente 22 Instituições de Ensino Superior Privadas (Universidades e Institutos Politécnicos).

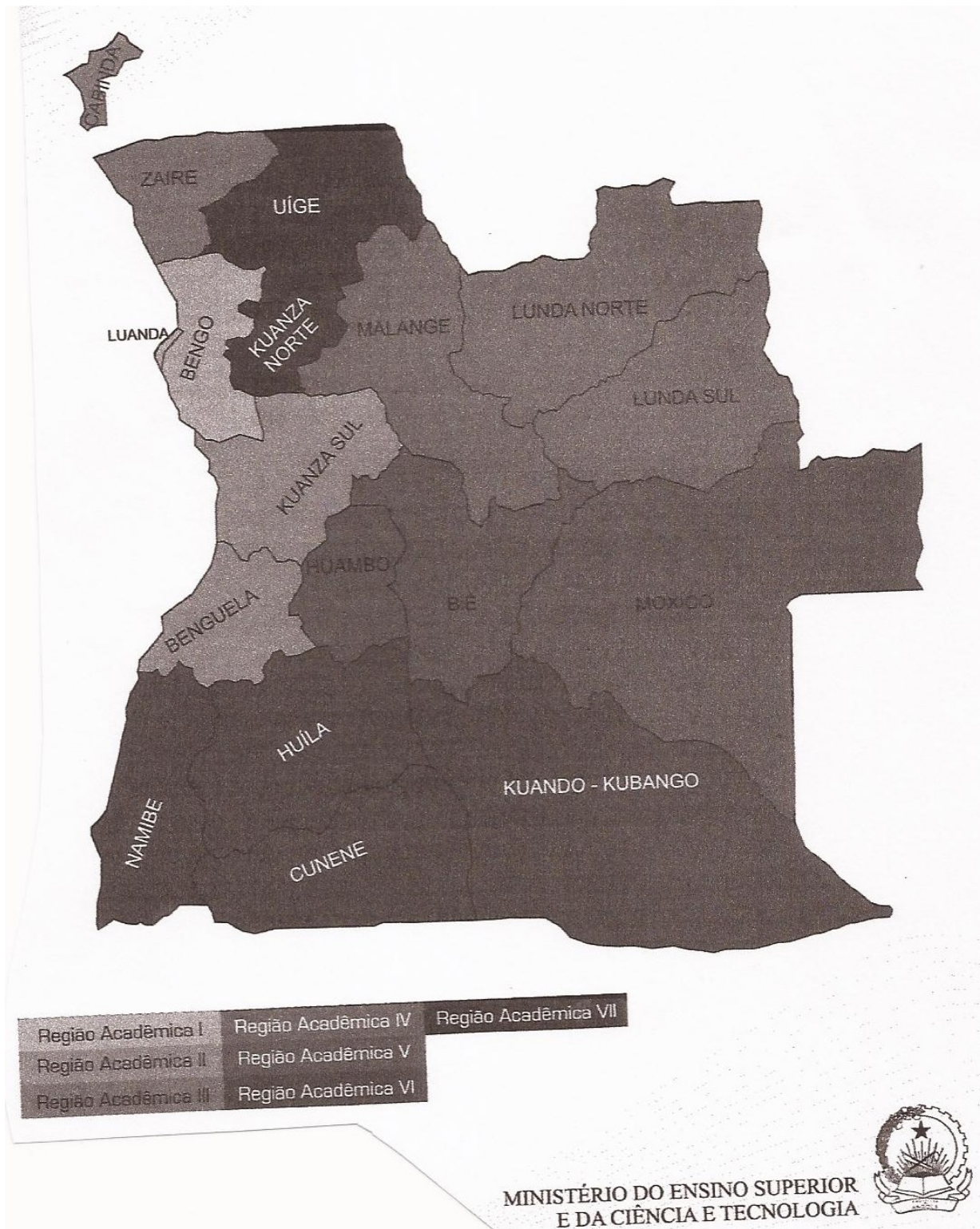
A expansão do ensino superior em todo o país originou consequentemente o crescimento significativo do n.º de estudantes a frequentarem o ensino superior. Estatísticas do Ministério do Ensino Superior e da Ciência e Tecnologia (MESCT) apontam para 139 500 o número de estudantes matriculados no ensino superior em todo o país. Este valor, se comparado com os 50 477 estudantes existentes na UAN em 2008 (relatório da UAN 2008), na altura Universidade nacional, representa

praticamente uma triplicação do n.º de estudantes universitários. Este é, sem dúvidas, um reflexo claro dos efeitos da paz alcançada em 2002.

Deve-se notar, no entanto, que apesar disto, o número de candidatos ao ensino superior, que fica sem acesso por falta de vaga é ainda considerável. No ano académico 2012, só na UAN, participaram nos exames de acesso cerca de 40 000 candidatos tendo sido absorvidos apenas 10%. Nas outras Universidades, a capacidade de absorção dos candidatos não excede os 50%. Significa que, no geral, metade dos candidatos que tenta uma vaga numa Instituição de Ensino Superior não consegue entrar.

Região académica (RA) e suas províncias	Nome da Universidade
RA I (Luanda e Bengo)	Universidade Agostinho Neto
RA II (Benguela e Kuanza Sul)	Universidade Katyavala Buila
RA III (Zaire e Cabinda)	Universidade Onze de Novembro
RA IV (Lunda Norte, Lunda Sul e Malanje)	Universidade Lueji A'Nkonde
RA V (Huambo, Bié e Moxico)	Univ José Eduardo dos Santos
RA VI (Huila, K. Kubango, Namibe e Cunene)	Univ Mandume ya Ndemufayo
RA VII (Uíge e Kuanza Norte)	Universidade Kimpa Vita

Tabela 4: Distribuição das Universidades por região académica



Mapa 1: Distribuição geográfica das regiões académicas

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No âmbito das políticas de reconstrução e desenvolvimento da República de Angola, o desenvolvimento do Sector da Educação assume uma importância crucial, constituindo um vector estratégico no combate à pobreza e ao analfabetismo,

na promoção da saúde, na redução das desigualdades sociais e de género, na recuperação socioeconómica e na consolidação de uma sociedade democrática e de direito.

A expansão da rede escolar no subsistema do ensino geral e a expansão do ensino superior a todas

as províncias originaram o aumento dos efectivos estudantis nestes níveis de ensino, corporizando uma verdadeira massificação do ensino.

Depois desta fase de massificação deverá impreterivelmente ter lugar um processo de melhoria gradual da qualidade da formação nos vários níveis. Actualmente está a decorrer o processo de avaliação dos resultados da implementação da reforma do sistema de educação. No ensino superior está em curso a preparação da avaliação preliminar dos cursos ministrados pelas várias Instituições de Ensino Superior. Para tal foi já criado o Instituto Nacional de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (INAAES).

Todos os esforços que estão a ser empreendidos têm como pano de fundo a criação de condições propícias para a formação do novo homem angolano, consciente das suas responsabilidades para com a nação e comprometido com a consolidação da paz, da democracia e do respeito pela dignidade humana.

MATERIAL CONSULTADO

1 - Relatório da fase de experimentação do Ensino Primário e do 1º Ciclo do Ensino Secundário. Comissão de Acompanhamento das Acções da Reforma Educativa (CAARE). Setembro de 2010 Joaquim Cabral – Coordenador. Ministério da Educação da República de Angola.

2 – Universidade Agostinho Neto (2008): Relatório anual. EDUAN Editora.